

Inea prorroga termo com a CSN e multas vão para projetos

Ana Luiza Rossi/CSF

Valores perto de R\$ 400 milhões serão usados em ações ambientais

Por Sônia Paes e Lanna Silveira

O Inea (Instituto Estadual do Ambiente) informou, com exclusividade ao Correio da Manhã, que o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) firmado com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 2018, foi prorrogado. O pedido para estender o prazo foi feito pela CSN ao instituto, em 18 de julho, e aprovado, por unanimidade, em reunião da Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA) realizada nesta terça-feira, dia 10.

O termo, que prevê uma série de medidas contra impactos ambientais, venceria agora no dia 19 de setembro. Segundo o Inea, até o momento, "a CSN cumpriu 92% das obrigações rigorosamente acompanhadas pelo Inea e comprovadas por auditorias independentes". A prorrogação teria sido de 24 meses.

Inea afirma ainda que o "aditamento do TAC inclui tanto a conclusão das ações pendentes quanto o pagamento de multas, que serão investidas em projetos ambientais em Volta Redonda". Em torno de R\$ 400 milhões serão usados em projetos ambien-

tais com a prorrogação do TAC. "Dessa forma, não há necessidade de um novo TAC", diz o Inea.

Em nota enviada ao Correio da Manhã, a Prefeitura de Volta Redonda afirmou que, apesar de não ser uma das partes do TAC, seguirá cobrando investimentos imediatos e constantes para melhorar a qualidade do ar em Volta Redonda.

- A Prefeitura entende que é possível ver a CSN produzindo cada vez mais e poluindo cada vez menos em um espaço curto de tempo - conclui a nota.

As medidas do TAC

O TAC firmado, em 2018, entre a Siderúrgica e o Inea, previa 35 medidas para minimizar os impactos causados pela CSN principalmente com relação à poluição do ar de Volta Redonda, entre outras melhorias na Usina Presidente Vargas (UPV). A previsão era de investimentos da ordem de R\$ 300 milhões no período de vigência do acordo. Ou seja: seis anos. De 2018 a 2024.

A discussão sobre o TAC foi intensificada desde o ano passado, quando a população foi às ruas protestar contra a poluição emitida pela empresa.



CSN consegue prorrogação de acordo para cumprir medidas ambientais em Volta Redonda-RJ, onde tem uma usina

O prefeito Antonio Francisco Neto, do PP, também se manifestou e cobrou medidas da empresa. O prefeito chegou a visitar o interior da Usina, ao lado de uma comitiva da empresa e de assessores.

Após as cobranças, a empresa anunciou, em julho do ano passado, investimentos de R\$ 700 milhões em equipamentos e filtros contra poeira. Na época, a empresa informou a compra, feita em São Paulo,

de precipitadores eletrostáticos para o controle da emissão das partículas nas sinterizações, e o enclausuramento das correias que transportam materiais particulados na Usina.

Ao longo do último ano, a

direção da CSN anunciou ainda que serão investidos mais de R\$ 2 bilhões na Usina. De acordo com a empresa, até 2026, serão gerados em torno de cinco mil novos empregos durante esse período.

Campanha de DNA pode ser amplamente divulgada

O Governo do RJ deverá divulgar e esclarecer, em todos os meios de comunicação e nos órgãos públicos de saúde, assistência social e segurança pública, a existência da Campanha Nacional de Coleta de DNA - Lei Federal 13.812/19 - e da Política Estadual de Busca de Pessoas Desaparecidas - Lei Estadual 7.860/18. É o que prevê o Projeto de Lei 5.880/22, de autoria do deputado Daniel Librelon (REP), que foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), nesta quarta-feira (11), em primeira discussão. A medida ainda precisa ser votada em segunda discussão pela Casa.

O objetivo das leis já existentes é encontrar e identificar, por meio do cruzamento de material genético e não genético, pessoas sem identificação internadas em instituições de saúde ou do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que possam estar em hospitais, clínicas ou abrigos. Além de divulgar as normas já em vigor, o Poder Executivo também deverá desenvolver mecanismos de incentivo para coleta e doação de material genético.

"O aumento do número de desaparecimentos no Estado do Rio é uma situação que preocupa a todos. Diante da gravidade da situação é fundamental a adoção de políticas públicas eficazes. Iniciativas têm sido adotadas pelo governo federal com o objetivo de auxiliar na resolução dos casos de desaparecimentos em todo o país. Cabe a nós, representantes do povo, trabalhar para que essas campanhas sejam amplamente divulgadas", disse Librelon.



Apartamentos exclusivos e completos para long stay em Ipanema com a comodidade de ter serviços de um hotel à sua disposição.



R. Francisco Otaviano, 155 - Ipanema, Rio de Janeiro - RJ